

LEI N.º. 2.085 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2001.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Parapuã para o exercício de 2002.

CECÍLIA RIBEIRO DUARTE DE OLIVEIRA,
Prefeita Municipal de Parapuã, Comarca de Osvaldo
Cruz, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições
legais, Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE
PARAPUÃ, APROVOU e ela SANCIONA e
PROMULGA em redação final a seguinte Lei:-

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Parapuã,
para o exercício Financeiro de 2002, Estima a Receita e Fixa a Despesa em R\$-6.300.000,00
(Seis milhões e trezentos mil reais) discriminados pelos anexos desta Lei.

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação
dos tributos, renda e outras receitas correntes e de capital, na forma da Legislação, em vigor e
das especificações constante no anexo N. 02, da Lei N. 4.320/64, com o seguinte desdobramento:

| | |
|----------------------------|---------------------|
| RECEITAS CORRENTES | 5.973.000,00 |
| Receita Tributária | 287.000,00 |
| Receita Patrimonial | 31.000,00 |
| Receita de Serviços | 20.000,00 |
| Transferências Correntes | 6.298.500,00 |
| (-) Dedução para Fundef | 715.000,00 |
| Outras Receitas Correntes | 51.500,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 327.000,00 |
| Alienação de Bens | 10.000,00 |
| Transferências de Capital | 307.000,00 |
| Outras Receitas de Capital | 10.000,00 |
| TOTAL DA RECEITA | 6.300.000,00 |

Art. 3º - A Despesas será realizada segundo a
discriminação dos quadros Programas do Trabalho e Natureza de Despesa, que apresenta o
seguinte desdobramento:

01 – POR ÓRGÃO DE GOVERNO

LEI N.º. 2.085 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2001.

| | |
|-----------------------|---------------------|
| 1 – Poder Legislativo | 284.000,00 |
| 2 – Poder Executivo | 6.016.000,00 |
| TOTAL | 6.300.000,00 |

01 – POR FUNÇÃO DE GOVERNO

| | |
|--|---------------------|
| 01 – Legislativa | 284.000,00 |
| 04 – Gabinete do Prefeito e Dependências | 1.596.650,00 |
| 08 – Assistência Social | 480.000,00 |
| 10 – Fundo Municipal de Saúde | 998.620,00 |
| 12 – Educação | 1.020.000,00 |
| 13 – Cultura | 60.000,00 |
| 15 – Serviços Municipais | 761.000,00 |
| 20 – Agricultura | 300.000,00 |
| 26 – Transportes | 600.000,00 |
| 27 – Desportos e Lazer | 140.000,00 |
| 99 – Reserva de Contingência | 59.730,00 |
| Total Geral | 6.300.000,00 |

02 – POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

| | |
|-------------------------|---------------------|
| Despesas Correntes | 4.940.370,00 |
| Despesas de Capital | 1.299.900,00 |
| Reserva de Contingência | 59.730,00 |
| TOTAL DA DESPESA | 6.300.000,00 |

03 – POR ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

| | |
|--|--------------|
| 1 – Poder Legislativo | |
| 1.1 – Câmara Municipal | 284.000,00 |
| 2 – Poder Executivo | |
| 2.1 – Gabinete do Prefeito e Dependências | 265.000,00 |
| 2.2 – Administração | 230.000,00 |
| 2.3 – Finanças | 1.161.380,00 |
| 2.4 – Assistência Social | 430.000,00 |
| 2.5 – Fundo Municipal da Criança e Adolescente | 50.000,00 |
| 2.6 – Fundo Municipal de Saúde | 998.620,00 |
| 2.7 – Educação | 1.020.000,00 |
| 2.8 – Cultura | 60.000,00 |
| 2.9 – Serviços Municipais | 761.000,00 |
| 2.10 – Agricultura | 300.000,00 |

LEI N.º. 2.085 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2001.

| | |
|-------------------------|---------------------|
| 2.11 – Transportes | 600.000,00 |
| 2.12 – Desporto e Lazer | 140.000,00 |
| TOTAL GERAL | 6.300.000,00 |

Art. 4º – O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal e Lei de Diretrizes Orçamentárias a:

I – Realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da Legislação em vigor;

II – Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela Legislação em vigor;

III – Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 2% (dois por cento) do orçamento da despesas, nos termos da Legislação vigente;

IV – Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização Legislativa, nos termos do inciso VI, do Artigo 167, da Constituição Federal.

V – Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.

Art. 5º – Esta Lei entrará em vigor em 1º de Janeiro de 2002, revogando-se as disposições em contrário.

Parapuã-SP., 11 de dezembro de 2001.

CECILIA RIBEIRO DUARTE DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal de Parapuã

Publicada e registrada em livro próprio na Secretaria da Prefeitura Municipal de Parapuã e afixada em lugar de costume na data supra.

NADELSON PEDRO DO ESPÍRITO SANTO
Chefe de Seção de Expediente